

**CONSELHO REGIONAL DO PORTO | ADVOCACIA**

Parecer

Processo

23/PP/2022-P

Data do documento

12 de novembro de 2022

Relator

Maria José Rego

**DESCRITORES**

Incompatibilidade > Atividade de formador > Publicidade > Prestação de serviços jurídicos on-line > Honorários

**SUMÁRIO**

- I. Um Advogado pode exercer a atividade de formador, a qual não se subsume a qualquer das hipóteses legais previstas no art. 82º do EOA, nem ofende qualquer dos princípios gerais plasmados no referido art. 81º do EOA.
- II. O Advogado pode ministrar cursos de formação jurídica sobre a temática das migrações dirigido ao público em geral, desde que na sua atividade respeite deveres deontológicos que lhe incumbem.
- III. A forma e obrigatoriedade de indicação dos preços dos serviços colocados à disposição do consumidor no mercado, nomeadamente dos serviços de formação, resulta das regras gerais.
- IV. Desde que os conteúdos sejam conformes com as regras deontológicas sobre publicidade e informação objetiva, não visem a angariação ilícita de clientela e não sejam utilizados meios para o envio de conteúdos não solicitados, a publicidade on-line de com conteúdo objectivo de serviços jurídicos é legítima.
- V. Incumbe ao Advogado que presta serviços através de meios digitais, nomeadamente das redes sociais, acautelar o estrito cumprimento de todos os deveres deontológicos aplicáveis ao exercício da profissão, na “rede” ou fora dela, nomeadamente a existência de uma verdadeira relação de confiança entre o advogado e o cliente (art. 97.º, nº 1 do EOA), a correta identificação do cliente (art. 90.º, nº 2, al. c) do EOA) e o cumprimento das regras do sigilo profissional (art. 92.º do EOA), entre outros.
- VI. A informação do montante de honorários a pagar por serviços jurídicos de planeamento migratório antes da sua prestação, de forma geral e abstrata, nas redes sociais, viola o disposto no art, 105.º, nº 3 do EOA e é suscetível de consubstanciar uma forma ilícita de angariação de clientela (art. 90.º, nº 2 al. h) do EOA).

**TEXTO INTEGRAL**

## 1. Relatório

Por correio eletrónico dirigido ao Conselho Regional do Porto a Sra. Dra. G... W..., vem solicitar emissão de parecer para as seguintes questões:

*“1.a) É lícito o oferecimento nas redes sociais por Advogado de serviço de capacitação jurídico migratório (curso) para terceiros?*

*1.b) É lícito informar expressamente nas redes sociais o preço do serviço, nomeadamente: pelo chat privado, em vídeos ao vivo “lives” para os telespectadores daquele evento?*

*2.a) É lícito o oferecimento nas redes sociais por Advogado de serviço jurídico de planeamento migratório para terceiros?*

*2.b) É lícito informar expressamente nas redes sociais o preço do serviço?(mesmo formato do conteúdo 1.b)”*

## 2. Da competência do Conselho Regional do Porto

Estabelece a al. f), do nº 1, do artigo 54º do Estatuto da Ordem dos Advogados (EOA) que compete ao Conselho Regional, no âmbito da sua área territorial, pronunciar-se sobre questões de carácter profissional.

A questão suscitada inclui-se na problemática das incompatibilidades e impedimentos definidos nos arts. 81º e ss. do EOA, da publicidade previsto no art. 94.º do EOA e da fixação de honorários prevista no art. 105.º do EOA, pelo que, este Conselho Regional tem competência para a emissão do presente parecer (art. 83.º, n.º 6 do EOA), desde logo por se tratar de situação que ocorre em município pertencente à sua área de competência territorial - cfr. o art. 54º, nº1 do EOA. Por outro lado, trata-se de questão de carácter profissional, sendo entendido pela jurisprudência da Ordem dos Advogados que estas “questões de carácter profissional” serão aquelas de natureza intrinsecamente estatutárias, ou seja, que decorrem dos princípios, regras, usos e praxes que comandam ou orientam o exercício da Advocacia, nomeadamente os que relevam das normas do EOA, do regime jurídico das sociedades de Advogados e do universo de normas emergentes do poder regulamentar próprio reconhecido por lei aos órgãos da Ordem (cf. Carlos Mateus, Deontologia Profissional, “Contributo para a formação dos Advogados Portugueses”, abril 2019, pg. 128).

## 3. Enquadramento e apreciação

As questões colocadas impõem que nos debrucemos sobre as seguintes problemáticas:

1. Da compatibilidade entre o exercício da Advocacia e da atividade de formador;
2. Da publicidade e prestação de serviços jurídicos on-line; e

3 - Da fixação e divulgação de honorários.

O regime das incompatibilidades pauta-se pelo princípio geral de absoluta salvaguarda da isenção, independência e dignidade da profissão de Advogado, como previsto no art. 81.º, n.º 2 do EOA. O advogado tem de exercer *“a defesa dos direitos e interesses que lhe sejam confiados sempre com plena autonomia técnica e de forma isenta, independente e responsável”* (art. 81.º, n.º 2 do EOA).

Por esse motivo, o art. 82.º do EOA estipula um conjunto de diversas funções e atividades com as quais o exercício da advocacia é, desde logo, considerado incompatível pelo legislador.

A atividade de formador, cuja certificação é regulada pela Portaria n.º 214/2011, de 30 de Maio, não se subsume a qualquer das hipóteses legais ali previstas. Assim, não existe qualquer incompatibilidade absoluta para o exercício da atividade de formador por um Advogado, pois tal função não se integra em qualquer das previsões do mencionado no art. 82º do EOA, nem ofendem qualquer dos princípios gerais plasmados no referido art. 81º do EOA.

No exercício da atividade de formador, o Advogado mantém o dever de pautar a sua conduta pelo cumprimento das regras deontológicas previstas no EOA. Aliás, a atividade de formador poderá ser uma das formas de concretização dos deveres de *“pugnar pela boa aplicação das leis”* e *“pelo aperfeiçoamento da cultura e instituições jurídicas.”*, previstos no nº 1 do art. 90º do EOA.

Respondendo em concreto à primeira questão colocada, o Advogado pode ministrar cursos de formação jurídica sobre a temática das migrações dirigido ao público em geral, desde que na exposição dos conteúdos programáticos respeite deveres deontológicos que lhe incumbem, nomeadamente não prejudicando os fins e prestígio da Ordem dos Advogados, nem a Advocacia (art. 91.º do EOA) e abstendo-se de recorrer à angariação de clientela (art. 90.º, nº 2, al. h) do EOA)

Neste contexto, o Advogado que ministre um curso de formação jurídica sobre migração dirigido ao público em geral deve fazer referência expressa à reserva legal da prática de atos próprios de advogados. Porquanto, os serviços de “consultoria de migração”, quando exercidos no interesse de terceiros e a título profissional, constituem atos próprios de advogados, ora porque pressupõem a prestação de consulta jurídica e o exercício do mandato forense, ora porque integram a elaboração de contratos ou a prática dos atos preparatórios tendentes à constituição, alteração ou extinção de negócios jurídicos, designadamente praticados junto de conservatórias e cartórios notariais, serviços legalmente reservados, em exclusivo, a advogados e solicitadores.

Quanto à segunda parte da primeira questão, os direitos do consumidor na compra e venda de bens, conteúdos e serviços digitais estão previstos no Decreto-Lei n.º 84/2021, de 18 de outubro, que nada prevê quanto à obrigação de afixação do preço. A forma e obrigatoriedade de indicação dos preços dos serviços colocados à disposição do consumidor no mercado resulta, por isso, do art. 10.º do Decreto-Lei nº 138/90, de 26 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 162/99, de 13 de maio, que estipula: *“Os*

*preços de toda a prestação de serviços, seja qual for a sua natureza, devem constar de listas ou cartazes afixados, de forma visível, no lugar onde os serviços são propostos ou prestados ao consumidor(...)."*

No que respeita à publicidade on-line de serviços jurídicos, o EOA não discrimina ou exclui a utilização de determinados meios de comunicação de informação objetiva e de publicidade. Todos os meios são legítimos desde que os conteúdos sejam conformes com as regras deontológicas sobre publicidade e informação objetiva, não visem a solicitação ilícita de clientela e o advogado ou a sociedade de advogados não utilize o meio para o envio de conteúdos não solicitados.

Neste sentido, o art. 94.º EOA estipula o seguinte:

*"1 - Os advogados e as sociedades de advogados podem divulgar a sua atividade profissional de forma objetiva, verdadeira e digna, no rigoroso respeito dos deveres deontológicos, do segredo profissional e das normas legais sobre publicidade e concorrência.*

*2 - Entende-se, nomeadamente, por informação objetiva:*

- a) A identificação pessoal, académica e curricular do advogado ou da sociedade de advogados;*
- b) O número de cédula profissional ou do registo da sociedade de advogados;*
- c) A morada do escritório principal e as moradas de escritórios noutras localidades;*
- d) A denominação, o logótipo ou outro sinal distintivo do escritório;*
- e) A indicação das áreas ou matérias jurídicas de exercício preferencial;*
- f) A referência à especialização, nos termos admitidos no n.º 3 do artigo 70.º;*
- g) Os cargos exercidos na Ordem dos Advogados;*
- h) Os colaboradores profissionais integrados efetivamente no escritório do advogado;*
- i) O telefone, o fax, o correio eletrónico e outros elementos de comunicações de que disponha;*
- j) O horário de atendimento ao público;*
- k) As línguas ou idiomas, falados ou escritos;*
- l) A indicação do respetivo sítio na Internet;*
- m) A colocação, no exterior do escritório, de uma placa ou tabuleta identificativa da sua existência.*

*3 - São, nomeadamente, atos lícitos de publicidade:*

- a) A menção à área preferencial de atividade;*
- b) A utilização de cartões onde se possa colocar informação objetiva;*
- c) A colocação em listas telefónicas, de fax ou análogas da condição de advogado;*
- d) A publicação de informações sobre alterações de morada, de telefone, de fax e de outros dados relativos ao escritório;*
- e) A menção da condição de advogado, acompanhada de breve nota curricular, em anuários profissionais, nacionais ou estrangeiros;*
- f) A promoção ou a intervenção em conferências ou colóquios;*
- g) A publicação de brochuras ou de escritos, circulares e artigos periódicos sobre temas jurídicos em imprensa especializada ou não, podendo assinar com a indicação da sua condição de advogado e da organização profissional que integre;*

*h) A menção a assuntos profissionais que integrem o currículo profissional do advogado e em que este tenha intervindo, não podendo ser feita referência ao nome do cliente, salvo, excecionalmente, quando autorizado por este, se tal divulgação for considerada essencial para o exercício da profissão em determinada situação, mediante prévia deliberação do conselho geral;*

*i) A referência, direta ou indireta, a qualquer cargo público ou privado ou relação de emprego que tenha exercido;*

*j) A menção à composição e estrutura do escritório;*

*k) A inclusão de fotografia, ilustrações e logótipos adotados.*

*4 - São, designadamente, atos ilícitos de publicidade:*

*a) A colocação de conteúdos persuasivos, ideológicos, de autoengrandecimento e de comparação;*

*b) A menção à qualidade do escritório;*

*c) A prestação de informações erróneas ou enganosas;*

*d) A promessa ou indução da produção de resultados;*

*e) O uso de publicidade direta não solicitada;*

*5 - As disposições constantes dos números anteriores são aplicáveis ao exercício da advocacia quer a título individual quer às sociedades de advogados."*

As redes sociais são um serviço de divulgação e de partilha de dados no seio da sociedade de informação, permitindo criar um perfil acessível a terceiros no âmbito de um sistema restrito a utilizadores registados, constituir uma lista de outros utilizadores registados com quem partilham a sua ligação e entrecruzar a sua lista com outras listas de utilizadores registados, sendo um meio idóneo de divulgação de serviços ao dispor dos advogados e sociedades de advogados.

No entanto, a sua utilização para efeitos de publicidade e informação objectiva deve pautar-se pelo estrito cumprimento das regras deontológicas ao nível dos conteúdos, da construção das listas de utilizadores e das mensagens publicitárias não solicitadas, bem como assegurar a confidencialidade dos contactos com o cliente e o nível de privacidade.

Acautelando que por "*oferecimento nas redes sociais por Advogado de serviço jurídico*" a Requerente se referisse também à prestação de serviços jurídicos nas redes sociais, adiantamos que já em 2007, o Conselho Geral se pronunciou sobre o tema, no Parecer n.º E-03/07:

*"A este propósito, deve começar por ser referido que nada obsta a que a prática da consulta jurídica (1) se processe, quando justificado ou conveniente, através de meios electrónicos, nomeadamente com o recurso à Internet ou ao correio electrónico.*

*No entanto, a prática da advocacia, para que se proceda de acordo com os usos, costumes e tradições da profissão, deve ter por regra o contacto pessoal com o cliente, por regra no escritório do advogado. Só desta forma pode o advogado aperceber-se da verdadeira dimensão e complexidade da questão que lhe é colocada, rodeado por uma estrutura adequada (cfr. artigo 86.º, alínea d), do EOA), e verificar a identidade do seu cliente (cfr. artigo 85.º, n.º 1, alínea c), do EOA).*

*Independentemente da possibilidade de utilização da Internet como meio de transmissão de informações, a forma primordial de comunicação entre o advogado e o seu cliente deve permanecer o contacto directo. Esta posição deriva do facto de o exercício da advocacia não poder ser encarado como a prestação de um qualquer serviço mercantil. De facto, nunca poderá ser olvidada a inegável função social do advogado e o papel e valores que a sociedade lhe atribui enquanto servidor da Justiça. A dignidade do exercício da profissão de advogado resulta, em larga medida, da dimensão ético-social que a mesma encerra e à qual repugnam objectivos e actuações desmedida ou exclusivamente mercantilistas, como a despersonalização do contacto com o cliente que adviria da vulgarização da prestação de serviços jurídicos apenas com base na Internet”.*

Volvida mais de uma década, a utilização das novas tecnologias é uma realidade dos nossos dias e de todos os Advogados, que na sua utilização devem garantir o respeito pelos deveres deontológicos, os quais deverão ser sempre assegurados, seja qual for o meio através do qual são prestados serviços jurídicos.

Para prestar serviços através de redes sociais, a Advogada Requerente deve criar meios que garantam uma correta identificação do cliente, bem como de tratamento dos seus dados pessoais, de forma a salvaguardar o sigilo profissional e evitar situações de possível conflito de interesses com clientes do Advogado.

A Advogada Requerente deve ainda acautelar que os serviços jurídicos prestados e os contactos mantidos com o seu cliente apenas poderão ser visualizados pela própria, que deverá garantir que mais ninguém tenha acesso ao seu conteúdo, salvo nos casos estatutariamente previstos.

A prestação de serviços de advocacia nas redes sociais pode beliscar deveres deontológicos caso ponha em risco as condições necessárias à existência de uma verdadeira relação de confiança entre o advogado e o cliente (art. 97.º, nº 1 do EOA), à identificação do cliente (art. 90.º, nº 2, al. c) do EOA) e ao cumprimento das regras do segredo profissional (art. 92.º do EOA). Incumbe aos Advogados que prestam serviços através de meios digitais, nomeadamente das redes sociais, acautelar o estrito cumprimento de todos os deveres deontológicos aplicáveis ao exercício da profissão, na “rede” ou fora dela.

Utilizando as redes sociais, a informação deve ser apenas acessível aos utilizadores registados, não se permitindo a disponibilidade de informação mediante o cruzamento de listas de utilizadores, além de que a informação a disponibilizar em rede deve cingir-se, exclusivamente, à que pode ser incluída em sites de acesso livre.

O advogado deve optar pela utilização de redes sociais que não permitam a interacção em rede ou excluir essa funcionalidade nos níveis de privacidade, bem como deve controlar regular e rigorosamente a lista de utilizadores, por forma a excluir os que potencialmente permitam ou constituam risco de violação de segredo profissional.

Por último, quanto à fixação prévia de um valor certo para ser cobrado a título de honorários e sua divulgação nas redes sociais, tal atuação não é consentânea com os critérios de fixação de honorários estabelecidos no artigo 105.º, n.º 3 do EOA.

Com efeito, se os honorários estiverem estabelecidos de forma genérica, abstracta e em momento anterior à prestação dos serviços de advocacia, não se atenderá à *“importância dos serviços prestados, à dificuldade e urgência do assunto, ao grau de criatividade intelectual da sua prestação, ao resultado obtido, ao tempo despendido, às responsabilidades por ele assumidas e aos demais usos profissionais”* (art. 105.º, n.º 3 do EOA), critérios que a fixação de honorários deverá respeitar.

Assim, contrariamente aos serviços de formação supra identificados, não existe obrigatoriedade de informação prévia dos honorários a pagar pelos serviços de advocacia prestados, porquanto a sua fixação geral e abstrata violaria os deveres deontológicos subjacentes.

Já a Portaria 240/2000, de 3 de Maio previa que *“No que concerne aos serviços típicos da actividade dos advogados e ao cumprimento da obrigação de publicitação dos respectivos preços, a que se refere o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei 138/90, com a redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei 162/99, é suficiente que o advogado dê indicação aos clientes ou potenciais clientes dos honorários previsíveis que se propõe cobrar-lhes em face dos serviços solicitados, identificando expressamente, além do valor máximo e mínimo da sua hora de trabalho, as regras previstas no n.º 1 do artigo 65.º do Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pelo Decreto-Lei 84/84, de 16 de Março, quanto à obrigação de proceder com moderação na fixação do valor final dos honorários, de atender ao tempo gasto, à dificuldade do assunto, à importância dos serviços prestados, à situação económica dos interessados, aos resultados obtidos, à praxe do foro e ao estilo da comarca.”*.

A informação do montante de honorários a pagar por serviços jurídicos de planeamento migratório antes da sua prestação, de forma geral e abstrata, nas redes sociais, viola o disposto no art. 105.º, n.º 3 do EOA e é suscetível de consubstanciar uma forma ilícita de angariação de clientela (art. 90.º, n.º 2 al. h) do EOA).

#### 4. Conclusões

- I. Um Advogado pode exercer a atividade de formador, a qual não se subsume a qualquer das hipóteses legais previstas no art. 82º do EOA, nem ofende qualquer dos princípios gerais plasmados no referido art. 81º do EOA.
- II. O Advogado pode ministrar cursos de formação jurídica sobre a temática das migrações dirigido ao público em geral, desde que na sua atividade respeite deveres deontológicos que lhe incumbem.
- III. A forma e obrigatoriedade de indicação dos preços dos serviços colocados à disposição do consumidor no mercado, nomeadamente dos serviços de formação, resulta das regras gerais.

IV. Desde que os conteúdos sejam conformes com as regras deontológicas sobre publicidade e informação objetiva, não visem a angariação ilícita de clientela e não sejam utilizados meios para o envio de conteúdos não solicitados, a publicidade on-line de com conteúdo objectivo de serviços jurídicos é legítima.

V. Incumbe ao Advogado que presta serviços através de meios digitais, nomeadamente das redes sociais, acautelar o estrito cumprimento de todos os deveres deontológicos aplicáveis ao exercício da profissão, na “rede” ou fora dela, nomeadamente a existência de uma verdadeira relação de confiança entre o advogado e o cliente (art. 97.º, nº 1 do EOA), a correta identificação do cliente (art. 90.º, nº 2, al. c) do EOA) e o cumprimento das regras do sigilo profissional (art. 92.º do EOA), entre outros.

VI. A informação do montante de honorários a pagar por serviços jurídicos de planeamento migratório antes da sua prestação, de forma geral e abstrata, nas redes sociais, viola o disposto no art. 105.º, nº 3 do EOA e é suscetível de consubstanciar uma forma ilícita de angariação de clientela (art. 90.º, nº 2 al. h) do EOA).

Ana Isabel Santos (Instrutora do Pelouro da Procuradoria Ilícita)

Maria José Rego (Vogal Relatora do Pelouro dos Pareceres)

**Fonte:** Direito em Dia